



RESSOCIALIZAÇÃO DO CONTROLE SOCIAL E REVERSÃO DAS MANIFESTAÇÕES VIOLENTAS EM MOÇAMBIQUE

António Bai Siteo Júnior
Universidade Eduardo Mondlane (UEM)

Resumo

Esta pesquisa estuda as dinâmicas das manifestações violentas em Moçambique e a resposta das autoridades a este fenómeno. O estudo parte do registo da primeira greve de 1993 até a explosão das dívidas ocultas, o maior escândalo financeiro que abalou o país no início de 2016, gerando intenções de revoltas populares até o ano de 2022. O propósito do estudo é compreender como as manifestações violentas foram geridas pelas autoridades, mudando ao longo do tempo e influenciando sua trajetória. Para tal, optou-se por uma metodologia de cunho qualitativo e observação não-participante nos bairros periféricos com histórico de protestos intensos na Cidade de Maputo. O aludido exercício permitiu constatar que após a irrupção das primeiras manifestações violentas, as autoridades geraram progressivamente novos mecanismos de controle social para suprir os mecanismos dissolvidos pelas greves ou fracassados no contexto. Neste processo, foi consolidado o ciclo de controlo social que evitou as manifestações violentas contra as dívidas ocultas, assim como as diferentes formas de manifestações sociais de ordem pacífica.

Palavras-Chave: Ressocialização do Controle Social; Manifestações Violentas; Moçambique.

RESOCIALIZATION OF SOCIAL CONTROL AND REVERSAL OF VIOLENT MANIFESTATIONS IN MOZAMBIQUE

António Bai Siteo Júnior
Universidade Eduardo Mondlane (UEM)

Abstract

This research studies the dynamics of violent demonstrations in Mozambique and the authorities' response to this phenomenon. The study starts from the record of the first strike in 1993 until the explosion of hidden debts, the biggest financial scandal that shook the country in early 2016, generating intentions of popular revolts until the year 2022. The purpose is to understand how the violent demonstrations were managed by the authorities, changing over time and influencing their trajectory. To this end, a qualitative methodology and non-participant observation were used in peripheral neighborhoods with a history of intense protests in Maputo City. The aforementioned exercise allowed us to verify that after the first violent manifestations erupted, the authorities progressively created new mechanisms of social control to replace the mechanisms that had been dissolved by the strikes or had failed in the context. In this process, the cycle of social control that prevented violent manifestations against hidden debts, as well as the different forms of peaceful social demonstrations, was consolidated.

Keywords: Resocialization of Social Control; Violent manifestations; Mozambique.

Introdução

Depois das manifestações violentas ocorridas a 5 de fevereiro de 2008 e a 1 e 2 de Setembro de 2010, um leque de estudos foi desenvolvido para explicar os fenómenos por detrás das chamadas revoltas sociais e o seu significado mais profundo no atual tecido económico, político e social moçambicano. Destes, destaca-se uma coletânea produzida pelo Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), intitulada “*Agora eles têm medo de nós!* – Uma colectânea de textos sobre as revoltas populares em Moçambique”¹.

Desta forma, marcava-se o surgimento de um novo paradigma no âmbito das ciências sociais moçambicanas, rompendo com os dois processos do estudo de socialização e ressocialização do controle social já observados no país, nomeadamente, o do tempo colonial e do período da recém-independência.

As manifestações foram vistas como uma resposta rebelde às políticas do governo da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo) (Brito, 2017). Por outro lado, a ocorrência das manifestações elevou a confiança da maioria moçambicana, que acreditava que o controle social do período de partido único (1975-1989), e a sua remodelação para se adequar à constituição democrática de 1990, marcava o seu fim com as greves registadas em 1993 e principalmente com as ocorridas em 2008, 2010 e 2012.

Estas manifestações foram justificadas pela subida do custo de vida, tendo como principais catalisadores, o preço do transporte e do pão. Neste sentido, os manifestantes tinham o governo como alvo, e agiam independentemente do conhecimento das razões do agravamento dos preços (Macamo, 2017).

Para o governo, as manifestações constituíam um ato de vandalismo, no qual, indivíduos de conduta duvidosa e marginal colocavam em risco a ordem e tranquilidade pública. Como resultado,

a polícia enviada aos manifestantes usava força extrema (Brito et al., 2017), e chegou-se a considerar ativação de mecanismos institucionais para evitar futuras revoltas.

Todavia, como aspecto socializante, o primeiro período de implementação destes mecanismos não foi eficaz a curto prazo, o que permitiu que as greves continuassem como uma forma de comunicar com o poder político e demonstrar o repúdio com as decisões governamentais. A este respeito, as autoridades continuaram a tentar consolidar estes mecanismos e implementar outras modalidades para travar as manifestações a curto e longo prazo.

Nesta relação, os motivos que levaram às greves anteriores, no contexto das dívidas ocultas, foram semelhantes. O preço dos transportes e dos alimentos básicos sofreu um agravamento significativo, e diferentemente do primeiro cenário em que os motivos das subidas não eram conhecidos, no presente, várias organizações da sociedade civil denunciaram os agentes públicos envolvidos no esquema de corrupção que elevou o custo de vida dos moçambicanos. Estas denúncias ocorreram de tal forma que, para os analistas apoiantes da teoria de *privação relativa* de Gurr (1970)², as revoltas eram inevitáveis nestas condições.

Apesar dos rumores da organização de protestos violentos em várias cidades do país, e embora haja processos históricos que demonstrem como a subida do custo de vida se nenhuma manifestação foi registada, embora o processo histórico demonstra que a subida do custo de vida constitui a pólvora dos protestos. Neste caso, o presente artigo levanta a seguinte questão: de que forma as autoridades evitaram a ocorrência das greves num contexto em que a subida do custo de vida justificava-se pelas dívidas ilegais?

Partindo desta interrogação, objetivou-se compreender como as manifestações violentas foram

1 BRITO, Luís de (organização). (2017). *Agora eles têm medo de nós!* – Uma colectânea de textos sobre as revoltas populares em Moçambique (2008-2012). Maputo: IESE.

2 A teoria de *privação relativa* de Gurr (1970) sustenta que quando um indivíduo se sente injustiçado pelo facto de não aceder aos bens e serviços que considera ter direito, e esse sentimento se multiplica por vários grupos sociais, e interfere com as expectativas em relação ao papel do Estado, nascem as condições para a ocorrência de rebeliões.

geridas pelas autoridades, transformando-se ao longo do tempo e influenciando a sua trajetória, de tal forma que, mesmo em condições favoráveis à sua ocorrência, onde os agentes públicos condicionaram a subida dos preços as greves não ocorreram.

O estudo sugere que as revoltas populares que se registavam em Moçambique em respostas à subida do custo de vida, tendiam a ser supridas pelo sistema de ressocialização do controle social. Entretanto, este pôde ser rompido pelas manifestações violentas-espórâdicas e pelas grandes manifestações, como ocorreu em 1993, 2008 e 2010 em função da estabilidade do sistema contextual.

Em termos teóricos, o sistema ou ciclo de ressocialização do controle social opera na lógica do modelo funcionalista, onde cada elemento desempenha, em interação com outros componentes, uma função definida para a manutenção do equilíbrio do sistema. Neste caso, o equilíbrio seria mantido pelo bom funcionamento de cada uma das partes que compõem a estrutura (Bhambhri, 1973).

Assim, a ressocialização do controle ocorreria quando os mecanismos estabelecidos pela socialização do controle contextual se tornam disfuncionais, havendo a necessidade de novos mecanismos de socialização como forma de impedir e desestimular as tentativas precipitadas dos episódios coletivos em busca de resultados rápidos, e canalizar energias dos fins coletivos para tipos mais modestos de comportamento (Bobbio, Matteucci e Pasquino, 1998).

Para a consecução deste estudo, optou-se por uma metodologia de cunho qualitativo, analisando diferentes artigos científicos que discutem as manifestações violentas e notícias de jornais que relataram os eventos das greves ocorridas em Moçambique. Ligado a isso, recorreu-se à observação não-participante das reações populares nos bairros periféricos da Cidade de Maputo com histórico de revoltas intensas, nomeadamente, os bairros de Zimpeto, de Maxaquene, de Benfica, de Magoanine, de Inhagoia e de Chamaculo.

Numa primeira fase observou-se a reação social referente a agravação dos preços dos produtos alimentares e dos transportes, num cenário em que o governo alegava que as dívidas ilegais seriam pagas pelos cidadãos. Observou-se igualmente a

reação dos cidadãos aquando da continuação dos pagamentos das dívidas pelo governo, mesmo sendo declaradas ilegais pelo Conselho Constitucional. Por fim, observou-se as ações das autoridades moçambicanas perante as tentativas dos cidadãos se manifestarem.

Manifestações de 1993: As Primeiras Manifestações Violentas

Antes da aprovação da constituição democrática em 1990, Moçambique constituía um Estado centralizado e de orientação marxista-leninista. Os líderes da Frelimo tinham como objetivo transformar o país a partir de pessoas de pensamento novo e ignoravam as autoridades tradicionais a favor dos Grupos Dinamizadores, compostos por militantes e simpatizantes da Frelimo, cujo o papel era garantir o controle da população e a difusão das mensagens do partido (Brito, 2019).

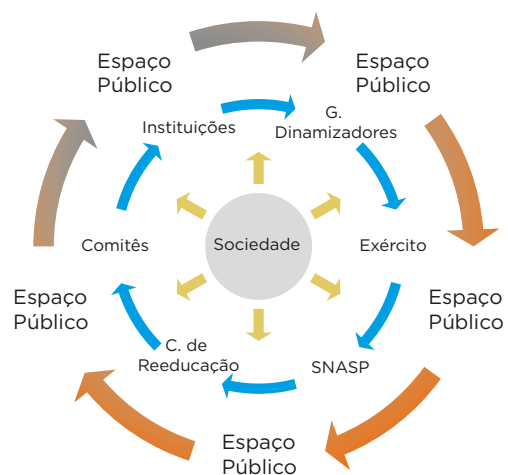


Figura 1. Ciclo de Ressocialização do Controle Social no Período de Partido Único

Como um novo movimento governamental, a Frelimo repudiava qualquer forma de independência de organização e de expressão, e de debate político democrático, especialmente sob a configuração idêntica ou similar com a greve. As leis intolerantes, o exército, o Serviço Nacional de Segurança Popular (SNASP), os campos de reeducação, os comitês e os grupos dinamizadores, serviam como

chavetas circulares que garantiam o sucesso do controle social e impediam a contestação pública (Cabrita, 2000). A figura 1, faz uma representação do modelo de controle estabelecido neste período.

Nesta época, a característica do controle social foi de ordem externa, com mecanismos de sanções extremamente variadas e com um peso punitivo (Bobbio; Matteucci; Pasquino, 1998). A ação humana resultante desta socialização é guiada mais pela lógica de ações obrigatórias do que pelas ações apredidas de forma interativa (Procopiuck, 2013).

Contudo, com o desenrolar dos diferentes fatores internacionais, os quais Huntington (1994) chamou de terceira onda de Democratização, conjugado aos fatores internos, a Frelimo foi obrigada a considerar certas mudanças que dissolveriam alguns mecanismos do controle social deste período.

Dentro dos fatores internacionais de mudança que levaram à dissolução de alguns mecanismos de controlo social pela Frelimo, destacam-se, o colapso dos regimes comunistas na Europa Oriental no final dos anos 80, o colapso da União Soviética e o estabelecimento de quinze repúblicas pós-soviéticas em 1991 (Carothers, 2002).

No contexto interno, a guerra civil devastando todo o país, impôs-se como o fator principal de dissolução dos mecanismos de controlo social, assim como para o fim do período de partido único. Este processo foi assegurado pela aprovação da constituição democrática em 1990 e pela aprovação da lei 9/91, que regula o exercício de liberdade de reunião e de manifestação.

O Serviço Nacional de Segurança Popular (SNASP), os campos de reeducação, as instituições intolerantes às manifestações públicas e o associativismo fora dos “satélites da Frelimo”³, constituíram-se como os primeiros mecanismos dissolvidos pela Democratização.

Entretanto, e apesar da aprovação de uma constituição que prioriza o debate de ideias como base

da democracia, os espaços de diálogo fora das estruturas da Frelimo continuaram desvalorizados.

Foi neste contexto que, após o governo ajustar o preço de combustível, e dos transportadores aumentarem em 100% o preço dos transportes semi-coletivos de passageiros em 1993, cerca de dez mil pessoas, entre homens, mulheres e crianças, foram às ruas e ocuparam não só as estradas de bairros periféricos mas também as principais avenidas da cidade, desencadeando corridas pedestres por estas vias, gritando palavras de protesto e montado barricadas nas estradas com diferentes objetos julgados convenientes (Notícias *apud* Chaimite. 2017)

Depois destas revoltas populares, a Frelimo reformou o modelo do controle social, passando a enquadrar a “sociedade” nos seus organismos como uma ferramenta para adquirir recursos de sobrevivência. Nesta época, o ciclo de ressociação foi caracterizado por mecanismos menos repressivos e de ganhos mútuos, como ilustra a figura 2.



Figura 2. Ressociação do Controle Social Depois das Manifestações de 1993

As funções de controle social, outrora incumbidas aos Grupos Dinamizadores, passaram a ser exercidas pelas células do partido Frelimo criadas nos mesmos locais onde funcionavam os Grupos Dinamizadores. Tratava-se de enquadrar a população para melhor a dominar, utilizando, não só os

3 Satélites da Frelimo: Constituem organizações democráticas de massas, criadas pelo Partido. Dentre elas, destacam-se a Organização da Mulher Moçambicana (OMM), a Organização da Juventude Moçambicana (OJM) e a Organização dos Trabalhadores Moçambicanos (OTM).

canais institucionais, como, por exemplo, o próprio Estado, mas também outros aparelhos políticos, como o partido e outras estruturas satélites, como a Organização da Mulher Moçambicana (OMM) e a Organização da Juventude Moçambicana (OJM) (Chaimite, 2017). Ser funcionário público não era apenas uma garantia de uma vida profissional, mas também uma posição privilegiada, em termos de acesso a recursos e redes de contatos políticos (Weimer e Bueno, 2020).

A Frelimo usou esta lógica, sobre o controle do partido, como forma de controlar as comunidades que muito dependiam do Estado para sobreviver. Pertencer às células do partido, aos comitês e às estruturas satélites, constituía uma oportunidade de adquirir benefícios em nome do aparelho. Foi este o período mais expressivo daquilo que viria a ser chamado mais tarde pelo presidente Guebuza de espírito de “deixa-andar”⁴, como uma justificativa do saque do Estado na governação de Chissano (seu antecessor).

Manifestações de 2008 e 2010: As Duas Grandes Manifestações Violentas

Com a entrada de Guebuza em 2004 na presidência, o “deixa-andar” foi visto como um mal a ser combatido. De facto, ao contrário de Chissano que foi acusado de promover uma política de “deixa andar” que resultou no enfraquecimento do partido, Guebuza concentrou os seus esforços na revitalização do partido a todos os níveis e na reimplantação das células do partido em todo o país, reproduzindo o controle característico do período monopartidário e reativando assim o modo de funcionamento da Frelimo como partido-Estado (Brito, 2016).

Mediante estas mudanças, os cidadãos que se beneficiavam do ciclo imposto por Chissano, principalmente ao nível das bases, viram-se frustrados com a transfiguração do sistema, de tal forma que

confrontados com a subida do preço dos transportes e produtos alimentares, revoltaram-se em 2008 e 2010, junto aos cidadãos que no ciclo de ressocialização do controle social baseado nos benefícios mútuos, não conseguiam maximizar ganhos como as elites da Frelimo e alguns grupos sociais.

As manifestações de 2008 e 2010, desenrolaram-se após a circulação de uma mensagem de texto (SMS), que apelava à saída das massas à rua para protestar contra o aumento do custo de vida no país. Estas manifestações foram entendidas como as que mais geraram temor ao governo da Frelimo, visto que além das cidades e subúrbios das províncias do sul, as manifestações se estenderam para outras cidades das províncias do centro. Foi neste período que a expressão “Agora eles têm medo de nós!” como um sentimento social generalizado, ganhou espaço.

A polícia enviada para enfrentar os manifestantes, empregou a força extrema (Brito, 2017). Usou balas de borracha, mas também balas reais, atirando diretamente sobre grupos de pessoas, o que resultou na morte de alguns protestantes (Bertelsen, 2017). Apesar destes esforços, o governo acabou congelando preços e anunciando subsídios, entre outras medidas, dando vitória aos manifestantes (Brito et al., 2017).

Após esta situação, as autoridades esmeraram-se em baldar futuras ondas de manifestações, reformulando o ciclo de socialização do controle social através de novos mecanismos, ao exemplo da instituição do Diploma Ministerial nº 15/2010 que postulava a obrigatoriedade de registo de números de telefones, fator de mobilização das duas grandes manifestações. Este evento demonstrou que o sistema de ressocialização do controle social é multifuncional, ou seja, apresenta diferentes formas de atuação, encontrando sempre formas de responder aos constrangimentos, usando as suas diferentes partes.

Neste período, a reimplantação dos organismos do partido em todo o país como mecanismos de ressocialização de controle social, revelaram-se pouco relevantes, resumindo-se a bases de reserva eleitoral. A polícia que empregara violência nas manifestações, e o registo de números de telefones, passaram a ter um papel preponderante

4 O “deixa-andar” é ligado frequentemente ao burocratismo, ao incumprimento das atividades, à corrupção e ao crime, bem como outras formas de clientelismo que caracterizavam o governo de Chissano.

no controle das manifestações, como esquematizado na figura 3.



Figura 3. Ressocialização do Controle Social Depois das Manifestações de 2008 - 2010

Neste processo, generalizou-se a ideia de que as chamadas telefónicas e as mensagens de texto seriam controladas pelas entidades governamentais, e desencorajou-se a convocação de manifestações sociais com recurso ao envio de SMS, sobre o risco de ser rastreado e responsabilizado por tais ações.

Porém, numa primeira fase, verificou-se que o rastreio de telefones não seria ainda um método eficiente, uma vez que grande parte dos cidadãos não tinham os números registrados, ficando grande responsabilidade do controle à polícia. Assim, com o instrumento de mobilização ainda em posse dos cidadãos, foram convocadas as quartas manifestações violentas em 2012.

Manifestações Violentas-Esporádicas de 2012

As manifestações violentas de 2012 surgem num contexto de implementação do novo ciclo de ressocialização de controle social e o registo de números de telefone decretado em 2010 não foi empregue como o governo cogitava. Até 2012, grande parte dos cidadãos tinham os números sem registo, o

que proporcionou que as manifestações de 15 de novembro, contra a subida do preço dos transportes, e mesmo de forma tímida, entrassem no *ranking* das manifestações violentas em Moçambique.

Diferentemente das revoltas anteriores, em 2012 não houve mortes nem feridos. Registaram-se episódios esporádicos de barricadas montadas em algumas zonas, mas a presença massiva da polícia, que procurava dispersar qualquer agrupamento de cidadãos, principalmente jovens, conseguiu evitar cenários de pilhagem e de vandalização (Chaimite, 2017). Para além disso, as empresas de telefonia móvel restringiram as comunicações, dificultando o alargamento de um movimento que poderia sair do controle policial a qualquer momento (Brito et al., 2017).

Este evento tornou possível a maturação do ciclo de ressocialização gerado depois das manifestações de 2008 e 2010, na medida em que os cidadãos registaram os seus números sobre o risco de tê-los bloqueados a curto prazo, passando para as mãos das autoridades, aquilo que constituía o mecanismo de mobilização mais eficiente em Moçambique.

Neste ponto, foram interiorizados os novos mecanismos do controle externo, e as sanções e ações reativas passaram a ditar as ações humanas. Os cidadãos conheciam a postura agressiva da polícia, e aprenderam que convocar manifestações através de envio de SMS e não pelas vias legais assentes na Constituição de República e na lei 9/91, traria implicações de responsabilização criminal.

O Caso das Dívidas Ocultas: Uma Terra Fértil Para as Manifestações Violentas

As dívidas ocultas estão relacionadas com as garantias prestadas pelo governo do antigo presidente moçambicano Armando Guebuza, a favor de empréstimo de cerca de 2,2 bilhões de dólares para as empresas públicas Ematum, MAM e Proindicus (Hanlon, 2019). O dinheiro do empréstimo foi diretamente para uma empresa de Abu Dhabi e para a Privinvest, e nada foi para Moçambique. As garantias do governo foram assinadas pelo Ministro das Finanças, Manuel Chang, e pela Directora Nacional

do Orçamento, Isaltina Lucas (Centro de Integridade Pública - CIP, 2019).

Os empréstimos da Proindicus de 622 milhões e 535 milhões de dólares são os chamados empréstimos consorciados, e os dois bancos, VTB e Credit Suisse, organizaram grupos de credores. Os empréstimos foram organizados em segredo e Moçambique não sabe quem são os credores, só lida com os dois bancos organizadores. O empréstimo de 850 milhões de dólares da Ematum foi diferente. Tinha a forma de títulos, também organizada pelo Credit Suisse e pelo VTB, mas era público e os obrigacionistas eram conhecidos. O Tribunal Administrativo, no seu relatório de 2017, observa que a Ematum não poderia pagar esses títulos, então o Estado nacionalizou a dívida em 2016 e emitiu novos títulos do governo. O Parlamento aprovou os novos títulos antes de conhecer os 1157 milhões de dólares dos empréstimos da MAM e Proindicus, que só se tornaram públicos mais tarde naquele ano (*Ibidem*).

Moçambique sofreu enormes prejuízos devido ao escândalo. A revelação de que o governo garantiu 2,2 biliões de dólares em empréstimos para projetos “questionáveis” levou os parceiros a congelar desembolsos, desacelerando o crescimento e aumentando a pobreza (Messick, 2019). O enfraquecimento do metical acelerou o ritmo da inflação, tornando os preços elevados com um impacto desproporcionado nos pobres (Banco Mundial, 2016).

Todavia, antes da descoberta total das dívidas, figuras sonantes e próximas as autoridades governamentais, defendiam que as dívidas eram soberanas e deviam ser custeadas pela sociedade. Entretanto, quando se tornou público que o custo de vida se ligava às dívidas contraídas num esquema de subornos, beneficiando alguns membros do governo, as ações para manifestações violentas estavam mais que criadas. No entanto, e apesar de estarem formadas as condições para a revolta popular, isso não aconteceu.

Em 2016 e novamente em 2017, o Tribunal Administrativo determinou que as garantias e as dívidas do MAM e Proindicus eram ilegais (CIP, 2019). O Conselho Constitucional através do Acórdão 5/CC/2019, de 3 de Junho, declarou nulo o empréstimo contraído em 2013 a favor da empresa Ematum.

Contudo, o governo ignorou a decisão e continuou fazendo pagamentos da dívida através dos fundos públicos.

Para além desta questão, foi do conhecimento público que o Governo pagou através dos fundos de Estado, mais de 100 milhões de meticais aos advogados sul-africanos do “Caso Chang”. Manuel Chang, antigo Ministro das Finanças de Moçambique seria mais tarde preso na África do Sul em 2018 a mando dos EUA. Esses pagamentos eram feitos desde Julho de 2019 aos advogados que representavam a Procuradoria-Geral da República em tribunais da África do Sul (CIP, 2020).

Apesar da ausência de rebelião, o sentimento de injustiça foi generalizado. Os jovens dos bairros periféricos, grande parte desempregados e força potencial às manifestações violentas, trocaram as rebeliões por círculos de conversas de descontentes. Com o medo de repressão, os jovens aprenderam a reclamar em grupos de conversas, observando cenários em que as famílias são obrigadas a pagar preços altos para aquisição dos produtos alimentares, a enfrentar novas tarifas dos transportes, e de certa forma, pagar a defesa do ex-ministro de finanças, Manuel Chang, que foi quem assinou as garantias das dívidas num esquema de subornos.

Tal como aduziu o antigo ministro do interior, José Pacheco, em resposta às manifestações de 2010, “...as autoridades moçambicanas não cederiam às pressões de aventureiros, desocupados e bandidos que não se apresentam...” (O País apud Brito et al., 2017). A ausência de rebeliões contra a contratação das dívidas ocultas, sugere como demonstraremos ao longo da nossa análise, que iniciativas do controle foram consideradas pelas autoridades para que ações parecidas com alguma forma de greve não ocorressem.

O papel das Autoridades Moçambicanas no contexto das Dívidas Ocultas

Depois da explosão das dívidas ocultas, circulavam nas redes sociais mensagens convocando manifestações, algumas das quais convidando os moçambicanos a paralisarem o país, entre 3 e 7 de maio de 2016. Entretanto, a polícia da República

de Moçambique (PRM) afirmou que iria reprimir qualquer foco de marcha ilegal que estava a ser convocada através de mensagens nas redes sociais (Lusa apud Macua, 2016).

As autoridades garantiram que as greves não teriam lugar sobre a hipótese de uma antítese igualmente violenta. Neste sentido, vários grupos sociais, principalmente os associados à organizações da sociedade civil e partidos políticos, tendiam a manifestar a sua posição através das manifestações pacíficas, igualmente constrangidas pelas autoridades.

Nos primeiros meses de 2016, o presidente do Partido Ecologista Movimento da Terra, João Massango, recorreu a vários programas televisivos para convocar manifestações. No entanto, a carta que informava a sua realização foi recusada pelo Presidente do Conselho Municipal de Maputo, alegadamente porque continha imprecisões quanto ao tipo de evento. À vista disso, Massango foi obrigado a reescrevê-la, apesar da lei 9/91 sustentar que as manifestações não necessitam de permissão se não uma carta que informa as autoridades da sua realização.

Para além do indeferimento da carta, o ministro do interior, Basílio Monteiro, desencorajou a participação dos cidadãos nas manifestações, alegando apenas pretenderem perturbar a estabilidade e a ordem pública (VOA, 2016).

Após este evento, apenas uma manifestação social de ordem pacífica foi realizada no espaço público contra a contratação das dívidas ilegais em 2016. De facto, a governação de Nyusi revelou-se ao longo do tempo, como a mais intolerante a todo tipo de manifestação e a que mais fechou o espaço público, excetuando as manifestações frequentes realizadas pelas estruturas satélites do partido, como a OMM e a OJM, que em grande parte visavam saudar as ações do presidente.

Num contexto de manifestações pacíficas consideradas inéditas no governo de Nyusi, o Parlamento Juvenil e a Liga dos Direitos Humanos exigiam em 2016 o fim dos confrontos entre as Forças de Defesa e Segurança (FDM) e homens armados da Resistência Nacional Moçambicana (Renamo). Durante a marcha, os participantes também denunciavam o elevado custo de vida,

e apelavam à responsabilização dos autores da dívida (Matias, 2016).

O desenrolar destas manifestações sugere que as mesmas transcorreram porque as autoridades veriam nestas, uma oportunidade sócio-política que os legitimava no repúdio contra as ações armadas dos homens da Renamo. Por outro lado, tem-se a impressão de que os manifestantes se aproveitaram das manifestações para apelar à responsabilização dos atores das dívidas, sem este ser o ponto central que a carta informava às autoridades.

Com o acesso do espaço público fechado, em Janeiro de 2019, o Centro de Integridade Pública (CIP) começou uma campanha nas suas instalações, aderida por dezenas de populares, académicos e ativistas vestidos de camisetas pretas com escrita “Eu não pago as dívidas ocultas”. Os participantes declaravam em vídeo de 30 segundos os motivos pelos quais não pagavam a dívida. Mediante esta situação, a polícia posicionou-se nos dois extremos da rua que dá acesso ao CIP. Seu papel era de impedir que os populares saíssem em grupos com estas camisetas vestidas, dispersá-los e até confiscar as camisetas (Carta, 2019).

No dia 1 de Fevereiro de 2019, um contingente policial fardado e outros à paisana, cercaram as instalações do Parlamento Juvenil na Cidade de Maputo. A agremiação juvenil realizava uma manifestação social através de uma peça teatral, onde a grande tónica eram as dívidas ocultas e a personagem principal encarnava o antigo ministro das finanças, Manuel Chang.

Esses dados demonstram como as autoridades tentaram garantir o insucesso das manifestações tanto de cariz violenta e, como mais pacífica. As campanhas realizadas no CIP e no Parlamento Juvenil, mesmo decorrendo nas instalações das organizações, enquadradas legalmente ao abrigo da lei 9/91, foram inviabilizadas pelas autoridades que dispersavam os cidadãos que iam participar.

A ideia que “Agora eles têm medo de nós”, resultante das manifestações de 2008 – 2010 foi se desvanecendo depois das manifestações de 2012. A polícia apresentou-se ao longo de cada ano, mais preparada para reprimir as manifestações. A sociedade foi ressocializada a temer as autoridades. O

modus operandi da polícia nas duas grandes greves (2008-2010) gerou um clima de impunidade, sendo que mesmo com mortes registadas, nenhum agente da polícia foi responsabilizado, sugerindo que as autoridades exploraram as excepcionais capacidades de coerção e violência do Estado para atender a seus próprios fins (Dahl, 2001).

Com os novos investimentos na área de segurança, os cidadãos foram igualmente socializados a temer os símbolos de segurança. A “MAHIDRA”, marca de automóveis geralmente usadas pela PRM, constitui um sinal que os cidadãos usam para alertar os outros da presença policial mesmo na ausência de alguma ilegalidade. Com a pandemia provocada pela COVID-19, essa prática generalizou-se, na medida em que a polícia fiscalizava o cumprimento das medidas restritivas de contenção da pandemia nas comunidades.

Mesmo com os novos mecanismos de mobilização social, tais como Facebook e WhatsApp, aparentemente fora do alcance das autoridades, a possibilidade das manifestações sociais com a explosão das dívidas ocultas continuou inviável, perante os modos como as instituições que as criminalizam, se foram, gradualmente, inserindo em vários campos da sociedade civil.

Apesar de Moçambique ser um país que tem apresentado um grande potencial de crescimento no uso das redes sociais, tendo-se registado 6% de usuários em Janeiro de 2016⁵, e 9,3% da população total em 2022⁶, o papel fundamental de ressocialização neste processo foi desempenhado pelas autoridades, que ao notarem as primeiras mensagens de convocação das manifestações nas redes sociais, responderam prontamente.

Neste sentido, nenhum grupo de manifestantes, mesmo com intenções de rebelião contra as dívidas ocultas, recorreu a tal ações, por dois motivos principais: por um lado, os processos de ressocialização a que foram submetidos com os casos da violência extrema da polícia nas manifestações passadas já se alastrara a várias áreas sociais, e

por outro, houve um efeito de desmobilizador depois do primeiro mobilizador das marchas contra as dívidas ocultas, ter sido agrdido por desconhecidos. Neste contexto, sugere-se que o ciclo de ressocialização do controle social expandiu os seus mecanismos e passou a adotar a forma representada na figura 4.



Figura 4. Ciclo de Ressocialização de Controle Social que evita as Manifestações Violentas

Com a nova ressocialização, regista-se a mudança do discurso sócio-político dominante, e no presente, as autoridades demonstram possuir um controle total dos meios de segurança e um sistema de representações baseado nos símbolos de segurança que lembram as comunidades a sua presença. Ademais, demonstram possuir controle dos antigos mecanismos de mobilização social (SMS) e controle parcial dos novos mecanismos (redes sociais) através de instituições legais que os legitimam punir o uso indevido de diferentes formas de mobilização.

Considerações Finais

Esta pesquisa procurou estudar as dinâmicas das manifestações violentas em Moçambique e a resposta das autoridades a este fenómeno. Neste sentido, partiu-se do registo da primeira greve de 1993 até à explosão das dívidas ocultas, o maior

5 Informação retirada de <https://datareportal.com/reports/digital-2017-mozambique>

6 Informação retirada de <https://datareportal.com/reports/digital-2022-mozambique>

escândalo financeiro que abalou o país no início de 2016, gerando intenções de revoltas populares até o ano de 2022.

Neste exercício, objetivou-se aferir como as manifestações de ordem violenta foram geridas pelas autoridades, transformando-se ao longo do tempo e influenciando a sua trajetória. Foi possível concluir que as autoridades aprendem a cada manifestação violenta um novo mecanismo de controle social para suprir os mecanismos já dissolvidos pelas greves ou fracassados no contexto. Neste sentido, verificou-se que a cada novo mecanismo, a sociedade é paulatinamente ressocializada a manter padrões de comportamento que desestimulam episódios coletivos relacionados às manifestações violentas.

Constatou-se que ao longo do processo histórico, os mecanismos de controle social adotaram três formas. Antes da democratização, o controle social foi de caráter externo, caracterizado por sanções, punições e ações reativas. Contudo, com a primeira manifestação em 1993, foram empregues mecanismos de carácter interno, através do ciclo de ressocialização baseado em benefícios mútuos.

Depois das manifestações de 2008, 2010 e 2012, os mecanismos de controle social voltaram a ser de caráter externo. A repressão policial, o registo obrigatório dos números de telefone, e os novos mecanismos jogaram um papel preponderante no processo que mantem o *status quo* do sistema do controle social vigente.

Para além das manifestações violentas, constou-se que os mecanismos de controle social, principalmente a repressão policial, tem inibido as diferentes formas de manifestações sociais de ordem pacífica, ao exemplo das manifestações organizadas nas instalações do Centro de Integridade Pública (CIP) e as do Parlamento Juvenil.

Referências Bibliográficas

- Banco Mundial. (2016). *Actualidade Económica de Moçambique: enfrentado escolhas difíceis*.
- Berger, Peter; Luckmann, Thomas. (2004). *A Construção Social da Realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento*. 24^a ed. Petrópolis: Vozes.
- Bertelsen, Bjørn. (2017). Efervescência Efémera: Levantamentos Populares Urbanos em Moçambique. In Brito, Luis de (org). *Agora eles têm medo de nós! – Uma colectânea de textos sobre as revoltas populares em Moçambique (2008–2012)*. Maputo: IESE. p. 124-146.
- Bhambhri, C P. (2019). Functionalism in Politics. *The Indian Journal of Political Science*, Vol. 34, No. 4, pp. 455-470.
- Bobbio, Norberto; Matteucci, Nicola; Pasquino, Gianfranco. (1998). *Dicionário de Política*. Trad. Carmen C, Varriale et al. Coord. Trad. Ferreira, João; rev. Ferreira, João; Cacaís, Luís. Brasília: Universidade de Brasília.
- Brito, Luís de. (2019). *A Frelimo, o Marxismo e a Construção do Estado Nacional 1962-1983*. Maputo: IESE.
- Brito, L. et al. (2017). Revoltas da Fome: Protestos Populares em Moçambique (2008–2012). In Brito, Luís de (org). *Agora eles têm medo de nós! – Uma colectânea de textos sobre as revoltas populares em Moçambique (2008–2012)*. Maputo: IESE. p. 1-41.
- Brito, Luís de. (2016). Instituições Políticas e Unidade Nacional. In Brito, L. et al. *Instituições Políticas e Unidade Nacional Desafios para Moçambique 2016*. Maputo: IESE, 2016.
- Cabrita, João. M. (2000). *Mozambique: The Tortuous Road to Democracy*. Palgrave.
- Carothers, Thomas. (2002). *The end of the transition paradigm*. *Journal of democracy*, v. 13, no.1, January, pp. 5-21.
- Centro de Integridade Pública. (2020). *“Governo moçambicano paga honorários de mais de 100 milhões de meticais aos advogados sul africanos do “Caso Chang”*. Maputo: CIP.
- Centro de Integridade Pública. (2019). *Moçambique pode agora recusar pagar a dívida oculta, dizem os analistas, e ganharia com isso*. Maputo: CIP.
- Chaimite, Egídio. (2017). Das Revoltas às Marchas: Emergência de um Repertório de Acção Colectiva em Moçambique. In Brito, Luís de (org). *Agora eles têm medo de nós! – Uma colectânea de textos sobre as revoltas populares em Moçambique (2008–2012)*. Maputo: IESE. p. 153-166.
- Dahl, Robert. (2001). *Sobre a democracia*. Tradução de Beatriz Sidou. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Gurr, Ted. (1970). *Why men Rebel?* Princeton: Princeton University Press.
- Hanlon, Joseph. (2019). Vinculando a Recuperação de Activos e Danos Ao Desejo de não Pagar a Dívida Oculta Odiosa de \$2 Billões. In Centro De Integridade Pública. *Recuperação dos Activos*. Maputo: CIP. p. 12-20.
- Hernández, Héctor. (2017). Modernidade Selectiva e Estado Predador: Primeira Aproximação às Revoltas Populares em Maputo de 2008 e 2010. In Brito, Luís de (org). *Agora eles têm medo de nós! – Uma colectânea de textos sobre as revoltas populares em Moçambique (2008–2012)*. Maputo: IESE. p. 169-184.
- Huntington, Samuel P. (1994). *A terceira onda: A democratização no final do século XX*. São Paulo: Ática.
- Macamo, Elisio. (2017). O lugar e o Papel da Crítica Social no “Programa de Investigação” Sobre Movimentos Sociais. In Brito, Luís de (org). *Agora eles têm medo de nós! – Uma*

- colectânea de textos sobre as revoltas populares em Moçambique (2008–2012). Maputo: IESE, p. 195-211.
- Matias, Leonel. Moçambicanos exigem Paz. *DW*, Maputo, 23 set. (2016). Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/moçambicanos-exigem-paz/a-19510266> Acesso em: 20 jun. 2020.
- Messick, Richard E. (2019). O Escândalo das “Dívidas Ocultas” e a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção: Opções Disponíveis para Moçambique Recuperar Activos Roubados e Danos. In CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA. *Recuperação dos Activos*. Maputo: CIP. p. 5-11.
- Moçambique. *Lei nº 9/91, de 18 de Julho*. Regula o exercício de liberdade de reunião e de manifestação. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.
- Polícia tenta inviabilizar campanha do CIP contra as “dívidas ocultas”. *Carta de Moçambique*, Maputo, 21 Jan. (2019). Disponível em: <https://cartmoz.com/index.php/politica/item/750-policia-tenta-inviabilizar-campanha-do-cip-contra-as-davidas-ocultas> Acesso em: 20 de junho de 2019.
- Presidente do partido Ecologista Movimento de Terra agredido em Maputo. *VOA*, Maputo, 20 de Maio de 2016. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/presidente-partido-ecologista-movimento-terraagredidomaputo/3338791.html> Acesso em: 13 de Maio de 2019.
- PRM diz que vai reprimir marcha ilegal contra dívidas “escondidas”. *Macua*. Maputo, 25 abr. 2016. Disponível em: https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2016/04/prm-diz-que-vai-reprimir-marcha-ilegal-contra-davidas-escondidas.html Acesso em: 17 de Maio de 2019.
- Procopiuck, Mario. *Políticas Públicas e Fundamentos da Administração Pública: Análise e Avaliação de Redes de Políticas*, Administração Judiciária. São Paulo: Atlas, 2013.
- Weimer, Bernhard; Bueno, Natália (2020). Paz e Reconciliação em Moçambique. *Conjuncturas Críticas e Dependência da Trajectória*. In: Salvador Forquilha (org). *Desafios para Moçambique 2020*: Maputo. Instituto de Estudos Económicos e Sociais (IESE): 65-95. <https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/12/BWeimerNBueno-Desafios-2020.pdf>

António Bai Siteo Júnior. Universidade Eduardo Mondlane (UEM). Mestrando em Ciência Política. antoniobaisitoe@gmail.com.
ORCID: 0000-0003-2441-4593

Artigo recebido no âmbito da chamada aberta que decorreu até 31 de maio de 2023. Aprovado para publicação a 4 de setembro de 2023.